PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026

DATA DE ABERTURA: 02/04/2026
HORÁRIO: 08h e 30min**.**
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUÇUM, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal de MUÇUM - RS, localizado na Av. Borges de Medeiros, 50, Centro, na cidade de MUÇUM-RS, se reunirão o Agente de Contratação e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, sendo o Edital do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 3.914/2022, bem como as condições estabelecidas no presente Edital.

01 - LOCAL, DATA E HORA

1.1 - A sessão pública será realizada nas dependências do Centro Administrativo Municipal - **Sala de Licitações**, sito na Av. Borges de Medeiros, 50, Centro, na cidade de MUÇUM/RS, **no dia 02 de Abril de 2026 (02/04/2026) às** 08h e 30min (horário de Brasília – DF).
1.2 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital a aquisição de equipamentos agrícolas, destinados à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município de Muçum/RS, conforme condições, quantidades, exigências e características descritas abaixo:

ITEM	DESCRICAO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR MÁXIMO UNITARIO R$	VALOR MÁXIMO TOTAL R$
01	**ROÇADEIRA ARTICULADA HIDRÁULICA**, nova, para acoplamento em trator agrícola com sistema hidráulico de 03 pontos, destinada à manutenção de áreas verdes, margens de estradas, taludes, aclives e declives, confeccionada em aço carbono, com no mínimo 02 facas, largura mínima de corte de 1,50 m, alcance lateral mínimo de 05 metros, deslocamento lateral mínimo de 1 metro em relação ao eixo central do trator, comando com joystick, sistema de resfriamento de óleo hidráulico e compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01	92.500,00	92.500,00
02	**ROÇADEIRA AGRÍCOLA**, nova, confeccionada integralmente em aço, para acoplamento em trator agrícola por sistema de 03 pontos, com transmissão por eixo cardan com embreagem, caixa de transmissão com giro livre, largura mínima de corte de 1,70 metros, equipada com roda de estabilidade, esquis com regulagem de altura e defletores de proteção, compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01	19.500,00	19.500,00

2.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses a contar da entrega do equipamento, contra defeitos de fabricação e montagem.

2.3. Os equipamentos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Obras Rua Rui Barbosa, nº 17 Bairro São José, Município de Muçum/RS, CEP: 95970-000, dentro do horário de expediente, acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção editado pelo fabricante em Língua Portuguesa , com despesas com transporte, carga, descarga, seguros, impostos e encargos de responsabilidade da contratada. O prazo para entrega não será prorrogado.

2.4. Deverá ser observado pelos licitantes quando da formalização da proposta inicial o valor máximo do Item sendo desconsideradas as propostas com valores acima do limite estabelecido.

2.5. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

2.5.1. A licitação será realizada na modalidade Pregão Presencial, com fundamento no art. 17, §2º, e art. 176 da Lei nº 14.133/2021, que admitem, de forma excepcional e devidamente motivada, a realização de licitação nessa forma, especialmente no âmbito de Municípios com até 20.000 habitantes. O Município de Muçum/RS possui população inferior a esse limite, enquadrando-se na regra prevista na legislação.

Além disso, a adoção da forma presencial mostra-se adequada em razão das características do mercado fornecedor de implementos agrícolas, cuja atuação ocorre predominantemente por meio de revendas e representantes comerciais regionais.

Nesse contexto, o pregão presencial:

a) facilita a participação de fornecedores locais e regionais;
b) amplia a competitividade do certame;
c) possibilita negociação direta durante a sessão pública;
d) permite esclarecimentos técnicos imediatos sobre as especificações dos equipamentos.

Como se sabe, ao promover o Pregão Presencial à Administração proporciona aos interessados, na sessão, a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos importantes e controversos à licitação e impossíveis de serem debatidos no curso de uma sessão eletrônica.

No tocante ao objeto licitado, "a aquisição de equipamentos agricolas, com fins de atender ao maior interesse público e atender a demanda necessária da Secretaria de Obras e Agricultura tendo em vista a indisponibilidade de equipamentos compatíveis , fator que vem prejudicando a continuidade dos serviços prestados para atendimentos de manutenção das vias e estradas na área rural, assim como, torna-se precípuo esclarecer e questionar quanto a importância do equipamento bem como, os problemas quanto a qualidade e as consequências da não entrega , atrasos, ou interrupções, como já ocorreu em várias oportunidades, a fim de evitar desnecessários e imensuráveis prejuízos futuros com a não realização, como já ocorreu em várias oportunidades.

A possibilidade do exame e análise da documentação exigida e que credencia os participantes, é outra questão fundamental e que dá segurança a Comissão do Contratações. Assim, realizando esta sessão na forma presencial, terão a oportunidade de permitir e proporcionar os esclarecimentos e questionamentos antes referidos entre a área do demandante (Município de MUÇUM) e os proponentes, momento em que poderão ser saneadas dúvidas, discutidas divergências, firmados pontos fundamentais, além de outras questões necessárias à contratação em pauta.

A adoção da forma presencial justifica-se em razão das características do mercado fornecedor de implementos agrícolas, cuja atuação ocorre predominantemente por meio de revendas e representantes comerciais regionais, que frequentemente operam com atendimento técnico-comercial presencial.

Além disso, o pregão presencial:

a) amplia a participação de fornecedores regionais;
b) favorece a negociação direta durante a sessão pública;
c) permite maior clareza na apresentação das especificações técnicas dos equipamentos;
d) facilita a conferência de catálogos e esclarecimentos técnicos.

Dessa forma, considerando as características do objeto e do mercado fornecedor, a forma presencial revela-se adequada para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A sessão publica será gravada em áudio e vídeo em atendimento ao disposto no artigo 17§ 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

03 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar da licitação toda e qualquer empresa que satisfaça plenamente as condições do presente Edital, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação;

3.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

VII -Tiver sido declarada inidônea por ato do Poder Público;

VIII-Estiver sob processo de falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação;

IX-Que não atenda as condições estabelecidas neste instrumento convocatório ou não apresente os documentos nele exigidos;

X- Que esteja enquadrada em qualquer uma das vedações constantes da Lei 14.133/2021.

3.3. As empresas participantes devem ter pleno conhecimento dos termos constantes no presente Edital e seus anexos, aceitando integralmente e incondicionalmente as cláusulas e condições avençadas e as normas que a integram.

3.4.A participação nesta licitação significa a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente edital e disposição da legislação que regula a matéria.

04 – DAS IMPUGNAÇÕES

4.1 - Impugnações ao Edital e Recursos, caso interpostas por **licitante ou cidadão**, deverão ser apresentados por e-mail licitacoes@mucum.rs.gov.br/ou por escrito, junto ao Protocolo Geral do Município sito na Av. Borges de Medeiros, 50, Centro, na cidade de MUÇUM/RS e dirigidos ao Agente de Contratação **até o terceiro dia útil que anteceder a** data de abertura da licitação.
4.2 - O Agente de Contratação, neste caso, encaminhará as impugnações à Autoridade Competente que decidirá no prazo legal.
4.3- Pedidos de esclarecimentos devem ser dirigidos ao Agente de Contratação, por escrito, via Protocolo Geral do Município, somente até o **terceiro dia útil** que anteceder a data de abertura da licitação.
4.4 - Demais informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone (51) 3755.1122, Setor de Licitações, no horário das 8h às 11h30min e das 13h às 16h, de segunda à sexta-feira, ou por e-mail licitacoes@mucum.rs.gov.br .
4.5 - As informações de ordem técnica e jurídica poderão ser obtidas no endereço supracitado e pelo telefone (51) 3755.1122, respectivamente.

05 – DO CONTRATO

5.1. O contrato a ser celebrado entre o Município de MUÇUM/RS e a licitante vencedora vigorará da data que decorre de sua assinatura para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Município com fins de assegurar a garantia, com base na Lei Federal nº 14.133/2021.Sem reajuste no Período
5.2. Após, publique-se com base no artigo 94 da Lei Federal nº 914.133/2021.

06. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Agente de Contratação diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame, no interesse da representada.
6.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.
6.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
6.3.1. se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo **Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
6.3.2. se representante legal, deverá apresentar:
6.3.2.1. instrumento público ou particular de **procuração**, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; **ou**
6.3.2.2. Termo de Credenciamento (conforme modelo deste Edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
6.3.3. Em ambos os casos, (4.3.2.1 e 4.3.2.2 deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. É obrigatória a apresentação de documento de identidade, se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.
6.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.
6.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinados no item "9.14" deste Edital, **deverão apresentar, fora dos**

envelopes, no momento do credenciamento, DECLARAÇÃO, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinados no item "9.14", deste Edital, conforme o disposto no artigo 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

6.6. Declaração assinada pelo representante legal credenciado, em atendimento ao disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, que sua representada cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo deste Edital, sob pena de não aceitação de sua proposta pelo Agente de Contratação.

6.7. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado.

6.8. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

6.9. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

6.10. No dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Agente de Contratação, inicialmente, receberá o CREDENCIAMENTO e os envelopes nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS e nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

7 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1 - Para participação deste certame, a licitante, além de atender ao disposto neste Edital, deverá apresentar a sua proposta de preços e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

AO MUNICÍPIO DE MUÇUM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

AO MUNICÍPIO DE MUÇUM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA LICITANTE)

08 - DA PROPOSTA DE PREÇO

8.1 – As propostas de preços devem, obrigatoriamente, preencher os seguintes requisitos:

8.2 - A proposta deverá ser apresentada sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/e-mail (se houver) e nome da pessoa responsável, com endereço, CPF e Identidade;

a.1) o nº do **CNPJ** deverá ser o mesmo para participação na licitação e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal ou Fatura) para efeitos de cobrança;

b) Validade da Proposta de mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para entrega das propostas.

c) As especificações completas do equipamento ofertado, que deverá atender o especificado no objeto do edital;

d) O valor unitário e total do Item, em moeda corrente nacional, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas no presente processo, estando inclusos no preço todas as despesas com

impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

e) Marca e Modelo do equipamento cotado;

f) Garantia do Equipamento. Mínimo 12 meses

g) Prazo de entrega em até 30 (trinta) dias, após recebimento da ordem de compra.

8.3- A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

8.4- Serão desclassificadas, as propostas apresentadas com valor acima do limite máximo estabelecido devendo as propostas serem apresentadas com no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8.5- Quaisquer tributos, despesas e /ou custos, diretos ou indiretos, não incluídos na proposta ou incorretamente cotados, que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título, devendo os produtos finais ser fornecidos sem ônus adicionais aos preços das propostas.

09 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1.A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste edital.

9.2.O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do edital.

9.3.Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentarem preços inexequíveis;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.4. A desclassificação será fundamentada, com acompanhamento pelos participantes.

9.5. Somente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação participarão da etapa competitiva (fase de lances).

9.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes apresentarão lances ficando estabelecida a diferença entre cada lance não podendo ser inferior ao valor de R$ 10,00 (dez reais).

9.7. O licitante poderá oferecer lances sucessivos nos itens sendo que a classificação será pelo 4.9. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE

9.8.Durante a fase de lances, não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.

9.9.A etapa de lances da sessão pública será no modo de disputa aberto, conforme artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021. Nesse modo de disputa, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final.

9.10.Caso nenhum licitante apresente lance na etapa competitiva (fase de lances), valem os preços apresentados e classificados na etapa de propostas.

9.11.Após a etapa de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.11.1 - Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.12 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que

se enquadrem na hipótese do item 9.11 deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.
9.13 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer às exigências do item 9.11 deste Edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
9.14 - O disposto nos itens 9.11 deste Edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
9.15 - Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
9.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

10. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO)
10.1. Para fins de habilitação neste Pregão Presencial, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados.
c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
d) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, conforme modelo anexo deste Edital.

PARÁGRAFO ÚNICO - A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos especificados nas letras "a)" e/ou "b)" do Item 10.1, caso já tenha apresentado os mesmos por ocasião da fase de representação/credenciamento.

10.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**;
b) Prova de **regularidade para com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda e Seguridade Social (INSS);
c) Certidão que prove a **regularidade para com a Fazenda Estadual**
d Certidão que prove a **regularidade Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
e) Certidão que prove a **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

10.3. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
10.3.1 Declaração de Idoneidade e de Capacidade Operativa, para licitar ou contratar com a administração pública, declarando sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação e que possui capacidade operativa conforme modelo deste Edital.
10.3.2 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor do Foro da Sede da pessoa jurídica.
10.3.3 Prova constituída, através de Atestado expedido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a aptidão da empresa para fornecimento do **objeto compatível a este edital**.
10.3.4.Catálogo ou prospecto técnico do equipamento, em Língua Portuguesa, contemplando o modelo do equipamento ofertado na proposta financeira, editado pelo fabricante do equipamento,

podendo ser original, cópia reprográfica autenticada ou obtida via internet, no site do fabricante com indicação do endereço eletrônico em que foi obtido, permitindo a consulta;

10.3.4.1 Não será admitida a mera transcrição do descritivo técnico da Folha de Dados, sem a descrição do equipamento a ser ofertado. Devem ser enviados documentos usualmente elaborados e divulgados pelas fabricantes/montadoras, os quais deverão ser a realidade do objeto ofertado.

10.3.5. Comprovação através de declaração assegurando possuir Assistência Técnica Autorizada pelo Fabricante da marca, para manutenção do bem, num raio de distancia máxima de 200 km, da sede do município de Muçum/RS, indicando o local da Assistência Técnica

10.4. As empresas que deixarem de apresentar qualquer dos documentos acima citados, as que tiverem documentos com prazo de validade vencido ou ainda, as que tiverem o objeto da empresa incompatível com o objeto deste Edital, serão excluídas do processo, nos termos da Lei Federal.

10.5. O licitante empresa de pequeno porte e a cooperativa, que apresentar alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, Item 10.2 letras "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" será acrescido o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado vencedor do certame, **podendo ser prorrogado por uma única vez**, por igual período, a critério da Administração, **desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.5.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5.2 - Ocorrendo a situação prevista no item "10.6", a sessão do pregão será suspensa, podendo o Agente de Contratação fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

10.5.3 - O benefício de que trata o item "10.6" não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

10.5.4 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item "10.6", implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item "17", sem prejuízo das penalidades previstas deste Edital.

10.6. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do Agente de Contratação pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

10.7. Os documentos solicitados anteriormente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou por funcionário da Administração Municipal. A autenticação pela Prefeitura deverá ser efetuada com antecedência mínima de até 2 (duas) horas antes da data marcada para abertura dos envelopes, junto ao Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de MUÇUM/RS.

10.11. Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

10.12. O Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.2 - O licitante vencedor da disputa de lances, deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis após a adjudicação a proposta com os preços resultantes do certame, bem como os dados bancários (banco, agência e nº da conta) e do responsável pela assinatura do contrato.

11.3 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que a Agente de Contratação poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.4 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Agente de Contratação proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese dos motivos do recurso, o prazo para apresentar as razões do recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias uteis após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Tendo a licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias uteis para apresentação das razões de recurso.
12.2 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias uteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
12.3 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
12.4 - As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Agente de Contratação, ao Setor de Licitações, no endereço mencionado no Item 01 deste Edital.
12.5 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

13 - DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1 - Homologada a licitação, a Administração convocará no prazo de até 05 (cinco) dias, o licitante que tiver apresentado a proposta vencedora para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
13.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada.
13.3 - Caso a firma adjudicatária não assine o Contrato no prazo e condições estabelecidas, o Agente de Contratação poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação até chegar a um vencedor ou recomendar a revogação da licitação independentemente da cominação prevista na Lei n.º 14.133/2021.

14-DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 que devera comunicar as falhas porventura constatadas nos produtos e solicitar a substituição dos mesmos, competindo-lhe acompanhar a execução, verificar a conformidade dos materiais e serviços, registrar ocorrências, exigir correções, atestar medições e autorizar pagamentos.
14.2.Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as especificações exigidas neste Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituir os objetos irregulares, imediatamente após a comunicação da Secretaria solicitante, sem custo adicional para o Município.
14.3. No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado no Edital, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.
14.4. O recebimento ocorrerá em duas etapas, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
- Recebimento provisório: realizado no momento da entrega para verificação inicial das condições dos equipamentos.
- Recebimento definitivo: correrá após verificação da conformidade com as especificações técnicas, no prazo máximo de até 10 dias.
14.5. Caso sejam constatadas irregularidades, o fornecedor deverá providenciar a substituição ou correção dos equipamentos.

15 - DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos equipamentos e apresentação da respectiva Nota Fiscal. Sem reajuste no período.
15.2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
15.3. As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores constantes na proposta, que passa a integrar o presente, independente de transcrição ou anexação.
15.4. Os DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA CONTRATADA (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.
15.5. Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.
15.6.A Contratada será responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos, ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como, qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referente ao pessoal utilizado nos cumprimento do objeto, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.
15.7. O preço a ser pago pelo Município, será correspondente ao da proposta vencedora, sem reajuste de preços.
15.8. As despesas serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Cod.: 2615.

16 – DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS
16.1. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses a contar da entrega do equipamento, contra defeitos de fabricação e montagem.
16.2. Durante o período de garantia, eventuais defeitos deverão ser corrigidos sem custos adicionais para a Administração

17 - DAS PENALIDADES:
17.1. Nos termos do disposto na Lei Federal nº14.133/2021 pela inexecução parcial ou total do contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo:
I – advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
II – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.
III - suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de MUÇUM/RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
IV - rescisão do contrato pelos motivos previstos na Lei Federal nº14.133/2021;
V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de falta grave com comunicação aos respectivos registros cadastrais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.
17.2. Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.
17.3. Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.
17.4. Serão aplicadas as penalidades:
I- quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, ou não assiná-la dentro do prazo estabelecido pelo Município;
II- quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;
III- sempre que verificadas pequenas irregularidades;
IV- quando houver atraso injustificado na execução do serviço por culpa da empresa;
V- quando não corrigir deficiência apresentada no(s) serviço executado;

VI- quando houver descumprimento das cláusulas constantes no Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.

17.6. A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.

17.7. A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.

17.8. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.9. A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal de MUÇUM/RS, ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – É vedada a subcontratação parcial e/ou total do objeto do contrato.

18.2 - É de inteira e expressa responsabilidade do contratado todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Edital, incluindo custos de deslocamentos, alimentação, recursos materiais e humanos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes deste Edital.

18.3 - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

18.4 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

18.5 - Fica assegurado ao Município de MUÇUM/RS, o direito de a qualquer tempo, antes da contratação, revogar a presente Licitação, por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, suficiente para justificar o ato, sem que assista às licitantes direito à indenização.

19.DO FORO

19.1-Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado/RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes à qualquer outro por mais privilegiado que seja.

20.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1..O edital e os anexos estão disponíveis no Portal de Compras deste Município, através do endereço site https://www.mucum.rs.gov.br/licitacoes, **endereço eletrônico: mucum.rs.gov.br/ licitacao** e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP www.gov.br/pncp/pt-br. Mais informações pelo telefone 51) 3755.1122 ou pelo e-mail licitacoes@mucum.rs.gov.br.

20.2 - Integra este Edital os seguintes **ANEXOS**:

a) ANEXO I- Termo de Referencia;
b) ANEXO II- Declarações
c) ANEXO III- Minuta do Contrato.
d) ANEXO IV- modelo proposta

MUÇUM/RS, 20 DE MARÇO DE 2026.

MATEUS GIOVANONI TROJAN
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N 07/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a aquisição de equipamentos agrícolas, destinados à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município de Muçum/RS, conforme condições, quantidades, exigências e características descritas abaixo:

ITEM	DESCRICAO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	VALOR MAXIMO UNITARIO R$	VALOR MAXIMO TOTAL R$
01	**ROÇADEIRA ARTICULADA HIDRÁULICA**, nova, para acoplamento em trator agrícola com sistema hidráulico de 3 pontos, destinada à manutenção de áreas verdes, margens de estradas, taludes, aclives e declives, confeccionada em aço carbono, com no mínimo 02 facas, largura mínima de corte de 1,50 m, alcance lateral mínimo de 5 metros, deslocamento lateral mínimo de 1 metro em relação ao eixo central do trator, comando com joystick, sistema de resfriamento de óleo hidráulico e compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01	92.500,00	92.500,00
02	**ROÇADEIRA AGRÍCOLA**, nova, confeccionada integralmente em aço, para acoplamento em trator agrícola por sistema de 3 pontos, com transmissão por eixo cardan com embreagem, caixa de transmissão com giro livre, largura mínima de corte de 1,70 metros, equipada com roda de estabilidade, esquis com regulagem de altura e defletores de proteção, compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01	19.500,00	19.500,00

1.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses a contar da entrega do equipamento, contra defeitos de fabricação e montagem.

1.3. <u>Os equipamentos deverao ser entregues em até 30(trinta) dias após a assinatura do contrato e</u> emissão da ordem de compra, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Obras Rua Rui Barbosa, nº 17 Bairro São José Município de Muçum/RS, dentro do horário de expediente, acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção editado pelo fabricante em Língua Portuguesa , com despesas com transporte, carga, descarga, seguros, impostos e encargos de responsabilidade da contratada. O prazo para entrega não será prorrogado.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A presente demanda decorre da necessidade administrativa de aquisição de equipamentos agrícolas destinados à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município de Muçum/RS, consistentes em:

a) 01 (uma) roçadeira articulada hidráulica;
b) 01 (uma) roçadeira agrícola.

Os equipamentos serão utilizados na manutenção e conservação de estradas vicinais, margens de vias públicas, taludes, áreas verdes e demais espaços públicos sob responsabilidade do Município.
A conservação periódica da vegetação existente nas margens das estradas e em áreas públicas constitui medida indispensável para assegurar a trafegabilidade, a segurança dos usuários, a visibilidade nas vias

rurais e urbanas, o adequado escoamento da produção agrícola e a preservação da infraestrutura pública.

O Município possui significativa extensão de estradas rurais e áreas públicas que demandam manutenção contínua, sendo necessária a utilização de equipamentos adequados para execução das atividades de roçada e limpeza.

A inexistência ou insuficiência de equipamentos compatíveis com essas demandas compromete a eficiência das atividades executadas pela Secretaria Municipal de Obras, podendo gerar maiores custos operacionais e dificuldades na manutenção da infraestrutura pública.

Dessa forma, mostra-se necessária a aquisição dos equipamentos, com vistas ao fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria e ao adequado atendimento das demandas de interesse público.

3.ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.Embora o Município de Muçum/RS não possua Plano de Contratações Anual formalmente instituído, a presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, especialmente no âmbito das ações voltadas à manutenção da infraestrutura viária, conservação de áreas públicas e aprimoramento da capacidade operacional da Administração.

A aquisição pretendida contribui diretamente para a melhoria da prestação dos serviços públicos e para a preservação da infraestrutura municipal.

4. JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

4.1.A licitação será realizada na modalidade Pregão Presencial, com fundamento no art. 17, §2º, e art. 176 da Lei nº 14.133/2021, que admitem, de forma excepcional e devidamente motivada, a realização de licitação nessa forma, especialmente no âmbito de Municípios com até 20.000 habitantes.

O Município de Muçum/RS possui população inferior a esse limite, enquadrando-se na regra prevista na legislação.

Além disso, a adoção da forma presencial mostra-se adequada em razão das características do mercado fornecedor de implementos agrícolas, cuja atuação ocorre predominantemente por meio de revendas e representantes comerciais regionais.

Nesse contexto, o pregão presencial:

a) facilita a participação de fornecedores locais e regionais;
b) amplia a competitividade do certame;
c) possibilita negociação direta durante a sessão pública;
d) permite esclarecimentos técnicos imediatos sobre as especificações dos equipamentos.

Como se sabe, ao promover o Pregão Presencial à Administração proporciona aos interessados, na sessão, a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos importantes e controversos à licitação e impossíveis de serem debatidos no curso de uma sessão eletrônica.

No tocante ao objeto licitado, “a aquisição de equipamentos agricolas, com fins de atender ao maior interesse público e atender a demanda necessária da Secretaria de Obras e Agricultura tendo em vista a indisponibilidade de equipamentos compatíveis , fator que vem prejudicando a continuidade dos serviços prestados para atendimentos de manutenção das vias e estradas na área rural, assim como, torna-se precípuo esclarecer e questionar quanto a importância do equipamento bem como, os problemas quanto a qualidade e as consequências da não entrega , atrasos, ou interrupções, como já ocorreu em várias oportunidades, a fim de evitar desnecessários e imensuráveis prejuízos futuros com a não realização, como já ocorreu em várias oportunidades.

A possibilidade do exame e análise da documentação exigida e que credencia os participantes, é outra questão fundamental e que dá segurança a Comissão do Contratações. Assim, realizando esta sessão na forma presencial, terão a oportunidade de permitir e proporcionar os esclarecimentos e questionamentos antes referidos entre a área do demandante (Município de MUÇUM) e os proponentes, momento em que poderão ser saneadas dúvidas, discutidas divergências, firmados pontos fundamentais, além de outras questões necessárias à contratação em pauta.

A adoção da forma presencial justifica-se em razão das características do mercado fornecedor de implementos agrícolas, cuja atuação ocorre predominantemente por meio de revendas e representantes comerciais regionais, que frequentemente operam com atendimento técnico-comercial presencial.

Além disso, o pregão presencial:

a) amplia a participação de fornecedores regionais;

b) favorece a negociação direta durante a sessão pública;

c) permite maior clareza na apresentação das especificações técnicas dos equipamentos;

d) facilita a conferência de catálogos e esclarecimentos técnicos.

Dessa forma, considerando as características do objeto e do mercado fornecedor, a forma presencial revela-se adequada para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A sessão publica será gravada em áudio e vídeo em atendimento ao disposto no artigo 17§ 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1A presente contratação será realizada mediante Pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- art. 28, inciso I – modalidade pregão;
- art. 6º, inciso XIII – definição de bens comuns;
- art. 17, §2º – possibilidade de utilização da forma presencial.

4.2.O objeto desta contratação se enquadra como bens e serviços comuns, portanto, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispões no Art. 6, inciso XIII da Lei n° 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1.Os equipamentos deverão:

a) ser compatíveis com tratores agrícolas de 75 CV, utilizados pela Secretaria Municipal de Obras,

b) possuir sistema de acoplamento de três pontos;

c) possuir estrutura reforçada em aço;

d) apresentar qualidade e desempenho compatíveis com equipamentos de padrão comercial utilizados em manutenção de estradas;

e) ser acompanhados de manual técnico ou documento equivalente;

f) possuir garantia mínima conforme estabelecido neste Termo.

O licitante deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou documento equivalente que comprove o atendimento das especificações técnicas dos equipamentos ofertados.

6. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

6.1.Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento .

6.2.Durante o período de garantia, eventuais defeitos deverão ser corrigidos sem custos adicionais para a Administração.

7. DA QUALIFICAÇÃO TECNICA

7.1.A licitante devera comprovar.

7.1.1.Prova constituída, através de Atestado expedido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a aptidão da empresa para fornecimento do **objeto compatível a este edital**.

7.1.2.Catálogo ou prospecto técnico do equipamento, em Língua Portuguesa, contemplando o modelo do equipamento ofertado na proposta financeira, editado pelo fabricante do equipamento, podendo ser original, cópia reprográfica autenticada ou obtida via internet, no site do fabricante com indicação do endereço eletrônico em que foi obtido, permitindo a consulta;

7.1.2.1Não será admitida a mera transcrição do descritivo técnico da Folha de Dados, sem a descrição do equipamento a ser ofertado. Devem ser enviados documentos usualmente elaborados e divulgados pelas fabricantes/montadoras, os quais deverão ser a realidade do objeto ofertado.

7.1.3.Comprovação através de declaração assegurando possuir Assistência Técnica Autorizada pelo Fabricante da marca, para manutenção do bem, num raio de distancia máxima de 200 km, da sede do município de Muçum/RS, indicando o local da Assistencia Técnica.

8. RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.O recebimento ocorrerá em duas etapas, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
-Recebimento provisório: realizado no momento da entrega para verificação inicial das condições dos equipamentos.
-Recebimento definitivo: correrá após verificação da conformidade com as especificações técnicas, no prazo máximo de até 10 dias.
8.2.Caso sejam constatadas irregularidades, o fornecedor deverá providenciar a substituição ou correção dos equipamentos.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1.O critério de julgamento será MENOR PREÇO POR ITEM, visando ampliar a competitividade e possibilitar maior participação de fornecedores.
9.2.Serão desclassificadas propostas:

a) com valores superiores ao estimado;
b) que não atendam às especificações técnicas;
c) que apresentem equipamentos incompatíveis com o objeto.

10. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1.Os requisitos de habilitação observarão os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação econômico-financeira;

11. VALOR ESTIMADO E LEVANTAMENTO DE MERCADO DA CONTRATAÇÃO

11.1 Com base na pesquisa de preços realizada, foram obtidos três orçamentos para cada item pretendido pela Administração. Para fins de estimativa do valor da contratação, adotou-se como referência o menor preço obtido na pesquisa de mercado, por representar valor efetivamente praticado e potencialmente mais vantajoso para a Administração Pública. Assim, os valores referenciais considerados foram:

a) Roçadeira articulada hidráulica: R$ 92.500,00
b) Roçadeira agrícola: R$ 19.500,00

11.2.O valor estimado da contratação é de: R$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) incluindo todos os custos necessários ao fornecimento dos equipamentos.
11.3.Estão compreendidos no valor da proposta todas as despesas com transportes, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa do objeto com especificações constantes do Termo de Referência
11.4.Foi realizado levantamento de mercado junto a empresas fornecedoras de implementos agrícolas, com o objetivo de identificar soluções disponíveis e estimar o custo da contratação.
11.5.Para tanto, foram solicitados orçamentos a três empresas do ramo, cujas propostas contemplaram o fornecimento dos equipamentos pretendidos pela Administração.
11.6.A análise das propostas demonstrou a existência de oferta regular no mercado regional para os equipamentos pretendidos, sendo possível identificar diversas empresas aptas ao fornecimento.
11.7.A solução de aquisição direta dos equipamentos mostrou-se mais vantajosa para a Administração, pois permite maior autonomia operacional, maior disponibilidade para execução dos serviços e redução de custos decorrentes de eventual terceirização.

11.8.A pesquisa de preços observou os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo como referência para a estimativa do valor da contratação.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1.O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos equipamentos e apresentação da respectiva Nota Fiscal. Sem reajuste no período.

13. DA VIGENCIA DO CONTRATO

13.1. O contrato a ser celebrado entre o Município de MUÇUM/RS e a licitante vencedora vigorará da data que decorre de sua assinatura para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Município com fins de assegurar a garantia, com base na Lei Federal nº 14.133/2021.Sem reajuste no Periodo

13.2. Após, publique-se com base no artigo 94 da Lei Federal nº 914.133/2021.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

a) fornecer equipamentos novos conforme especificações deste Termo de Referência;
b) cumprir os prazos de entrega;
c) garantir a qualidade dos equipamentos;
d) substituir equipamentos defeituosos;
e) prestar assistência durante o período de garantia.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Administração:

a) emitir a ordem de compra;
b) acompanhar a execução do contrato;
c) realizar o recebimento provisório e definitivo;
d) efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas.

16. PENALIDADES

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aplicadas:

a) advertência;
b) multa;
c) impedimento de licitar e contratar;
d) declaração de inidoneidade.

17. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

17.1. As despesas serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Cod.: 2615.

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1.A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

MUÇUM/RS, 18 de março de 2026.

MATEUS GIOVANONI TROJAN
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N 07/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ANEXO II
MODELO DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CAPACIDADE OPERATIVA

(Modelo)

(Nome da empresa)....., CNPJ nº ....., sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, **inexiste fato superveniente impeditivo para sua habilitação** no presente procedimento licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, **que possui capacidade operativa e disponibilidade financeira para atender ao objeto desta licitação**.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE (PARA FINS DE BENEFÍCIO DAS DISPOSIÇÕES DO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/06) OU COMO COOPERATIVA (NOS TERMOS DO ART. 34 DA LEI N.º 11.488/07)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil)_____, CPF nº _____, declara, para fins de participação na licitação modalidade Pregão Presencial n.º.../2026, que:

( ) é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

( ) é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06;

( ) é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R$ 4.800.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n.º 123/06)

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n° 123/06.

Local e data: _____

_____
Nome do profissional contábil:
Nº de seu registro junto ao CRC:

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

À

Prefeitura Municipal de MUÇUM - RS

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº .../2026

A empresa _____, estabelecida _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ declara, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão e seus anexos, e que atendemos plenamente aos requisitos necessários para habilitação e proposta e declaramos que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos da Lei 14.133/2021.

Local e Data

Assinatura: _____

Razão Social da licitante e CNPJ

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente a empresa ....., situada na ....., CNPJ nº ....., através de seu ....., outorga ao Sr. ....., RG nº ....., amplos poderes para representá-la junto ao Município de MUÇUM/RS, no Pregão Presencial nº ..../**2026** inclusive para interpor ou desistir de recursos, receber citações, intimações, responder administrativa e judicialmente por seus atos, formular ofertas e lances de preços e, enfim, praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante
Carimbo do CNPJ da empresa

DECLARACÃO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Modelo)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo sétimo da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".

Ressalva:
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e Data

_____

Assinatura do representante legal da licitante

PROCESSO LICITATÓRIO N 07/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO N° ...../2026 - PREGÃO PRESENCIAL N° .../2026

Pelo presente contrato, o **MUNICÍPIO DE MUÇUM,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. .....neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .....**,** doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa.**.....** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº....., neste ato representada pelo seu representante legal **.....,** CPF sob n° ....., com sede na ....., na cidade de ....., doravante da Lei Federal nº14.133/2021, e do Decreto Municipal nº...../2023 e de conformidade com o resultado constante da Licitação modalidade Pregão Presencial n° ..../2026 (Processo Licitatório nº ..../2026, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente contrato a aquisição de equipamentos agrícolas, destinados à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município de Muçum/RS, conforme condições, quantidades , exigências e características descritas abaixo:

ITEM	DESCRICAO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITARIO R$	VALOR TOTAL R$
01	**ROÇADEIRA ARTICULADA HIDRÁULICA**, nova, para acoplamento em trator agrícola com sistema hidráulico de 3 pontos, destinada à manutenção de áreas verdes, margens de estradas, taludes, aclives e declives, confeccionada em aço carbono, com no mínimo 02 facas, largura mínima de corte de 1,50 m, alcance lateral mínimo de 5 metros, deslocamento lateral mínimo de 1 metro em relação ao eixo central do trator, comando com joystick, sistema de resfriamento de óleo hidráulico e compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01			
02	**ROÇADEIRA AGRÍCOLA**, nova, confeccionada integralmente em aço, para acoplamento em trator agrícola por sistema de 3 pontos, com transmissão por eixo cardan com embreagem, caixa de transmissão com giro livre, largura mínima de corte de 1,70 metros, equipada com roda de estabilidade, esquis com regulagem de altura e defletores de proteção, compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01			
	VALOR TOTAL					

1.2. Os equipamentos deverao ser entregues em até 30(trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Obras Rua Rui Barbosa, nº 17 Bairro São José Município de Muçum/RS, dentro do horário de expediente, acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção editado pelo fabricante em Língua Portuguesa , com despesas com

transporte, carga, descarga, seguros, impostos e encargos de responsabilidade da contratada. O prazo para entrega não será prorrogado.

1.3. Para efeitos obrigacionais, tanto o **Pregão Presencial nº..../2026**, quanto à proposta nela adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1.O Contratante pagará a Contratada o valor total de R$ **.....(.....**), correspondente ao objeto, conforme proposta vencedora constante do **Pregão Presencial .../2026,** estando incluso no preço todos os custos referentes , transporte, encargos sociais, taxas, encargos, ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o objeto .

2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo dos equipamentos e apresentação da respectiva Nota Fiscal. Sem reajuste no período.

2.3.A atestação da nota fiscal/fatura correspondente, caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

2.4.As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores constantes na proposta, que passa a integrar o presente, independente de transcrição ou anexação.

2.5.Os DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA CONTRATADA (pessoa jurídica), deverão constar, obrigatoriamente, no corpo da nota fiscal.

2.6.Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.

2.7.A Contratada será responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos, ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como, qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referente ao pessoal utilizado nos cumprimento do objeto, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

2.8.O preço a ser pago pelo Município, será correspondente ao da proposta vencedora, sem reajuste de preços.

2.9. As despesas serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Cod.: 2615.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

3.1. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 meses a contar da entrega do equipamento, contra defeitos de fabricação e montagem.

3.2.Durante o período de garantia, eventuais defeitos deverão ser corrigidos sem custos adicionais para a Administração

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 que devera comunicar as falhas porventura constatadas nos produtos e solicitar a substituição dos mesmos, competindo-lhe acompanhar a execução, verificar a conformidade dos materiais e serviços, registrar ocorrências, exigir correções, atestar medições e autorizar pagamentos.

4.2.Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as especificações exigidas neste Edital. Neste caso, o licitante fica obrigado a substituir os objetos irregulares, imediatamente após a comunicação da Secretaria solicitante, sem custo adicional para o Município.

4.3.No caso de descumprimento dos prazos determinados para entrega do objeto e/ou entrega em desacordo com o solicitado no Edital, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

4.4.O recebimento ocorrerá em duas etapas, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

-Recebimento provisório: realizado no momento da entrega para verificação inicial das condições dos equipamentos.

- Recebimento definitivo: correrá após verificação da conformidade com as especificações técnicas, no prazo máximo de até 10 dias.

4.5.Caso sejam constatadas irregularidades, o fornecedor deverá providenciar a substituição ou correção dos equipamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTRATO

5.1. O contrato a ser celebrado entre o Município de MUÇUM/RS e a licitante vencedora vigorará da data que decorre de sua assinatura para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério exclusivo do Município com fins de assegurar a garantia, com base na Lei Federal nº 14.133/2021.Sem reajuste no Período

5.2. Após, publique-se com base no artigo 94 da Lei Federal nº 914.133/2021.

6-CLAUSULA SEXTA-.DAS PENALIDADES

6.1.Nos termos do disposto na Lei Federal nº14.133/2021 pela inexecução parcial ou total do contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as s penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.São obrigações da contratada:

a) fornecer equipamentos novos conforme especificações deste Termo de Referência;
b) cumprir os prazos de entrega;
c) garantir a qualidade dos equipamentos;
d) substituir equipamentos defeituosos;
e) prestar assistência durante o período de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.Compete à Administração:

a) emitir a ordem de compra;
b) acompanhar a execução do contrato;
c) realizar o recebimento provisório e definitivo;
d) efetuar o pagamento conforme condições estabelecidas.

CLÁUSULA NONA – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

9.1.Este contrato reger-se-á conforme o Edital de Pregão Presencial nº.../2026.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Nos termos do disposto na Lei Federal nº14.133/2021 pela inexecução parcial ou total do contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo:

I – advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total estimado e homologado.

III - suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de MUÇUM/RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

IV - rescisão do contrato pelos motivos previstos na Lei Federal nº14.133/2021;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de falta grave com comunicação aos respectivos registros cadastrais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

10.2. Será garantido ao licitante, o direito prévio da citação e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contra quaisquer das situações acima previstas.

10.3. Essas penalidades serão aplicadas a critério do Município, e, sempre que aplicadas, serão devidamente registradas.
10.4. Serão aplicadas as penalidades:
I- quando houver recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, ou não assiná-la dentro do prazo estabelecido pelo Município;
II- quando houver recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento (empenho), dentro do prazo estabelecido pela Administração;
III- sempre que verificadas pequenas irregularidades;
IV- quando houver atraso injustificado na execução do serviço por culpa da empresa;
V- quando não corrigir deficiência apresentada no(s) serviço executado;
VI- quando houver descumprimento das cláusulas constantes no Contrato ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente.
10.6. A advertência por escrito será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, sempre que se verificarem pequenas irregularidades A sua reiteração demandará a aplicação de pena mais elevada, a critério do Município.
10.7. A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.
10.8. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
10.9. A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal de MUÇUM/RS, ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade.
10.10.Nos termos do disposto na Lei Federal nº14.133/2021 pela inexecução parcial ou total do contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as s penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1- O presente Contrato vincula-se ao Pregão Presencial nº 01/**2026**(Edital e seus Anexos, que ficam fazendo parte deste Contrato) e na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1-As omissões relativas ao presente contrato são reguladas pela legislação vigente, na forma do da Lei nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD)

13.1 As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.
13.1.1As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.
13.1.2As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.
13.1.3.Devido às complexidades e particularidades quanto ao tema da LGPD, as partes comprometem-se a participar de procedimentos de due diligence/gestão de terceiros para demonstrar transparência, segurança, responsabilização e prestação de contas aos titulares de dados pessoais.
13.1.4As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
13.1.5.As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados,

servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.

13.1.6.As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

13.1.7.As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos do titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.

13.1.8.Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.

13.1.9.Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

13.1.10.As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).

13.1.11.Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

13.1.12.Encerrada a vigência do contrato as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

13.1.13.Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.

13.1.14.Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.

13.1.15.Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

13.1.16.Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.

13.1.17.A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

13.1.18.A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Encantado/RS para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes à qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato de fornecimento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

MUÇUM, ... de 2026.

CONTRATADA

CONTRATANTE

ASSESSOR JURIDICO

Testemunhas:

PROCESSO LICITATÓRIO N 07/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2026
ANEXO IV
PROPOSTA FINANCEIRA

Razão Social:
CNPJ:
Endereço: **Telefone:**
E-mail:
Dados bancários:

Apresentamos proposta para aquisição de equipamentos agrícolas, destinados à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito do Município de Muçum/RS, conforme condições, quantidades , exigências e características descritas abaixo:

ITEM	DESCRICAO DO OBJETO	QUANT.	UNID.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITARIO R$	VALOR TOTAL R$
01	**ROÇADEIRA ARTICULADA HIDRÁULICA**, nova, para acoplamento em trator agrícola com sistema hidráulico de 3 pontos, destinada à manutenção de áreas verdes, margens de estradas, taludes, aclives e declives, confeccionada em aço carbono, com no mínimo 02 facas, largura mínima de corte de 1,50 m, alcance lateral mínimo de 5 metros, deslocamento lateral mínimo de 1 metro em relação ao eixo central do trator, comando com joystick, sistema de resfriamento de óleo hidráulico e compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01			
02	**ROÇADEIRA AGRÍCOLA**, nova, confeccionada integralmente em aço, para acoplamento em trator agrícola por sistema de 3 pontos, com transmissão por eixo cardan com embreagem, caixa de transmissão com giro livre, largura mínima de corte de 1,70 metros, equipada com roda de estabilidade, esquis com regulagem de altura e defletores de proteção, compatível com trator de potência mínima de 75 CV e demais características conforme catálogo do fabricante.	01	01			
	VALOR TOTAL					

Garantia do Equipamento. Mínimo 12 meses

Prazo de entrega em até 30(trinta) dias, após assinatura do contrato.

Validade da Proposta de mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para entrega das propostas.

Declaramos que o preço proposto inclui todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações do Edital.

_____, em _____ de _____ de 2026.

_____

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa